

Águas de Matão S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes.....	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e aos Acionistas da
Águas de Matão S.A.
Matão – SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Águas de Matão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Investigação envolvendo controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

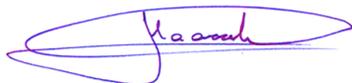
Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea Saneamento"), controladora da Companhia, contratou escritório de advocacia e empresa de investigação independente para averiguação dos eventos sobre os procedimentos investigatórios da Polícia Federal, deflagrado em 11 de maio de 2017 na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento os trabalhos dos consultores contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração relativas à operação da Polícia Federal mencionada acima não foram totalmente finalizados assim como a análise dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras da Aegea Saneamento. A Companhia não está no escopo das investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da correção de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Campinas, 04 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Águas de Matão S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2020	2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	353	570	279	Fornecedores e empreiteiros	10	2.351	2.543	3.095
Aplicações financeiras		-	-	1.245	Empréstimos	11	7.583	5.900	5.685
Contas a receber de clientes	6	13.075	9.803	9.594	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.185	1.081	1.183
Impostos a recuperar		500	688	1.241	Obrigações fiscais		238	207	196
Instrumentos financeiros derivativos	20	4.162	772	742	Imposto de renda e contribuição social		306	94	-
Outros créditos		122	86	177	Outras contas a pagar		289	253	315
Total do ativo circulante		18.212	11.919	13.278	Total do passivo circulante		11.952	10.078	10.474
Contas a receber de clientes	6	4.095	4.836	2.571	Empréstimos	11	37.546	34.744	38.926
Ativo fiscal diferido	19	3.310	5.704	3.723	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	23.949	14.142	8.550
Depósitos judiciais	13	133	122	123	Provisão para demandas judiciais	13	1.721	9.174	9.219
Instrumentos financeiros derivativos	20	15.934	7.090	5.085	Outras contas a pagar		-	-	554
Total do realizável a longo prazo		23.472	17.752	11.502	Total do passivo não circulante		63.216	58.060	57.249
Imobilizado		189	-	-	Total do passivo		75.168	68.138	67.723
Ativo de contrato da concessão	8	2.275	7.952	3.973	Patrimônio líquido	14			
Intangível	9	62.480	52.729	51.714	Capital social		37.433	37.433	37.433
Total do ativo não circulante		88.416	78.433	67.189	Ajuste de avaliação patrimonial		2.381	408	(449)
					Prejuízos acumulados		(8.354)	(15.627)	(24.240)
					Patrimônio líquido		31.460	22.214	12.744
Total do ativo		106.628	90.352	80.467	Total do passivo e patrimônio líquido		106.628	90.352	80.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	15	50.783	50.161
Custos dos serviços prestados	16	<u>(34.747)</u>	<u>(33.566)</u>
Lucro bruto		<u>16.036</u>	<u>16.595</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	17	(3.159)	(2.861)
Outras receitas operacionais		<u>-</u>	<u>31</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>12.877</u>	<u>13.765</u>
Receitas financeiras	18	27.046	17.393
Despesas financeiras	18	<u>(28.852)</u>	<u>(22.531)</u>
Resultado financeiro		<u>(1.806)</u>	<u>(5.138)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>11.071</u>	<u>8.627</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(3.798)</u>	<u>(14)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>7.273</u></u>	<u><u>8.613</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		2020	2019
Lucro líquido do exercício	Nota	<u>7.273</u>	<u>8.613</u>
Outros resultados abrangentes:			
Valor justo de derivativos	20	2.989	1.298
IR/CS sobre valor justo de derivativos	20	<u>(1.016)</u>	<u>(441)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>9.246</u></u>	<u><u>9.470</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2019 (Anteriormente apresentado)		<u>37.433</u>	<u>(449)</u>	<u>(9.433)</u>	<u>27.551</u>
Ajuste de anos anteriores	4	-	-	(14.807)	(14.807)
Saldos em 1° de janeiro de 2019 (Reapresentado)		<u>37.433</u>	<u>(449)</u>	<u>(24.240)</u>	<u>12.744</u>
Valor justo de derivativos		-	857	-	857
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.613</u>	<u>8.613</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		<u>37.433</u>	<u>408</u>	<u>(15.627)</u>	<u>22.214</u>
Valor justo de derivativos	20	-	1.973	-	1.973
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.273</u>	<u>7.273</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u><u>37.433</u></u>	<u><u>2.381</u></u>	<u><u>(8.354)</u></u>	<u><u>31.460</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		11.071	8.627
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	16 e 17	2.940	2.686
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	13 e 17	71	(29)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	210	(341)
(Recuperação) Baixa de títulos do contas a receber	6 e 17	(64)	68
Resultado na baixa de intangível	9	-	2
Juros sobre aplicações financeiras	18	-	(22)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	18	(12.534)	(757)
Juros sobre empréstimos	11 e 18	1.851	2.370
Amortização do custo de captação	11	151	149
Variação cambial	11 e 18	11.787	1.791
(Reversão) Provisão ajuste a valor presente de clientes	6 e 18	(140)	1.441
Atualização monetária das demandas judiciais	13	360	-
		<u>15.703</u>	<u>15.985</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(2.537)	(3.642)
Impostos a recuperar		188	553
Depósitos judiciais		(11)	1
Outros créditos		(35)	91
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(192)	(552)
Obrigações trabalhistas e sociais		104	(102)
Obrigações fiscais		31	11
Pagamentos de demandas judiciais	13	(7.884)	(80)
Outras contas a pagar		36	(616)
Juros pagos	11	(2.261)	(2.704)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19 b.	(2.208)	(2.336)
		<u>934</u>	<u>6.609</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		-	1.240
Juros recebidos		-	21
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(6.808)	(7.314)
		<u>(6.808)</u>	<u>(6.053)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos pagos	11	(7.439)	(5.877)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		3.289	163
Instrumentos financeiros derivativos pagos		-	(143)
Contas correntes líquida - partes relacionadas		9.807	5.592
		<u>5.657</u>	<u>(265)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento			
(Redução) Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(217)</u>	<u>291</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	570	279
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<u>353</u>	<u>570</u>
(Redução) Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(217)</u>	<u>291</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Matão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, na qualidade de sociedade de propósito específico com sede na cidade de Matão, São Paulo, constituída em 18 de outubro de 2013. Em 14 de fevereiro de 2014 iniciou efetivamente suas operações de acordo com o Contrato de Concessão - Concorrência nº 002/2013 - firmado com a Prefeitura Municipal de Matão – SP.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, bem como de coleta, transporte, afastamento, interceptação, tratamento e destinação final de esgotos sanitários no âmbito do município de Matão/SP e seus distritos, excetuando os serviços prestados pela Companhia Matonense de Saneamento (“CMS”) sob o regime de concessão, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado.

O contrato prevê valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 75.016. Em 31 de dezembro de 2014, todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto estavam atendidos. A Companhia deve reduzir os índices de perdas em 2020 para 38%, 2024 para 30%, 25% de 2029 até o final da concessão.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde “OMS”, declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados. Neste contexto, a Administração da Companhia vêm adotando, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”) acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Neste sentido, a Companhia implementou as seguintes medidas:

- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus, realizando apenas as viagens essenciais para manutenção das operações;
- Suspensão dos treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;
- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia;
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais; e

- Implementação dos planos de contingências necessários para assegurar o fornecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios onde atuamos, que continuam em pleno funcionamento.

A Companhia também está monitorando potenciais efeitos no capital de giro decorrentes de eventual aumento do estoque de contas a receber, em virtude da restrição de circulação de pessoas em algumas localidades, e está tomando medidas que visem à preservação e otimização do uso de recursos.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

Investigações envolvendo colaboradores vinculados à ex-controlada e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), relativas a 31 de dezembro de 2020 e divulgada no dia 19 de fevereiro de 2021, alguns colaboradores vinculados à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e à controlada Águas Guariroba S.A. foram alvo de procedimentos investigatórios, no âmbito das Operações Sevandija (conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAECO) e Operação Lama Asfáltica (conduzida pela Polícia Federal), deflagradas, respectivamente, em 1º de setembro de 2016 e 11 de maio de 2017. Cabe informar que o Conselho de Administração da Aegea contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas nas duas operações. Esclarece que a Companhia não está no escopo de nenhuma das duas investigações conduzidas pelas autoridades já mencionadas, sendo essas relacionadas tão somente às já citadas ex-controlada e controlada. No mais, a Aegea permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

Em relação ao evento supracitado, relacionado à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. no âmbito das Operações Sevandija, a Aegea divulgou fato relevante em 29 de outubro de 2020, informando que foi homologado Acordo de Não Persecução Cível celebrado entre a ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda., com o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP e o município de Ribeirão Preto, tendo a Aegea ingressado como garantidora das obrigações financeiras de responsabilidade direta da Aegea Engenharia (“Acordo”), pelo qual a Aegea Engenharia, na qualidade de responsável financeira, se comprometeu a pagar o valor de R\$ 40.000 (que serão atualizados até a data do pagamento), ao DAERP, além de ter assumido outras obrigações usuais nesse tipo de transação.

As obrigações estabelecidas no Acordo de Não Persecução Cível foram devidamente cumpridas, inclusive o pagamento do valor de R\$ 40.000 pela Aegea Engenharia, de modo que as alegações contra a Aegea e sua ex-controladas nos processos administrativos e judiciais vinculados à referida operação não mais subsistem, afastando-se quaisquer riscos à Aegea e sua ex-controlada relativamente ao tema.

Os termos e condições do Acordo são sigilosos, nos termos da legislação aplicável, tendo as Partes signatárias do Acordo outorgado mutuamente quitação das obrigações decorrentes do contrato celebrado em Ribeirão Preto, o que decorre no encerramento dos processos administrativos, bem como atendem ao melhor interesse da Aegea, seus acionistas e stakeholders visando resolver de forma definitiva a questão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 04 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 9);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa n° 13);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa n° 15); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 19).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa n° 20.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;

- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como despesa financeira.

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

- As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: móveis e utensílios 10 a 15 anos e equipamentos de informática 3 a 15 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “k” e custos de desenvolvimento e aquisição de sistemas informatizados. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 20.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com relação a este assunto.

h. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos e variações cambiais ativas. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, atualização monetária do saldo de outorga, variações cambiais passivas, ajuste a valor presente de clientes, perda com instrumentos financeiros derivativos e impostos sobre receita financeira. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

j. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre vendas

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia.

k. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida, a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

l. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos.

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

n. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Reapresentação de valores correspondentes

Durante o exercício de 2020, a Administração da Companhia realizou correções de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes em seus registros contábeis de exercícios anteriores. Conseqüentemente, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Balço patrimonial (Em milhares de Reais)	31 de dezembro de 2019			1º de janeiro de 2019		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Ativo circulante	11.919	-	11.919	13.278	-	13.278
Total do realizável a longo prazo	17.752	-	17.752	11.502	-	11.502
Intangível	58.637	(5.908)	52.729	57.622	(5.908)	51.714
Demais saldos	7.952	-	7.952	3.973	-	3.973
Total do ativo não circulante	84.341	(5.908)	78.433	73.097	(5.908)	67.189
Total do ativo	96.260	(5.908)	90.352	86.375	(5.908)	80.467
Passivo						
Passivo circulante	10.078	-	10.078	10.474	-	10.474
Provisão para demandas judiciais	275	8.899	9.174	320	8.899	9.219
Demais saldos	48.886	-	48.886	48.030	-	48.030
Total do passivo não circulante	49.161	8.899	58.060	48.350	8.899	57.249
Patrimônio líquido						
Prejuízos acumulados	(820)	(14.807)	(15.627)	(9.433)	(14.807)	(24.240)
Demais saldos	37.841	-	37.841	36.984	-	36.984
Total do patrimônio líquido	37.021	(14.807)	22.214	27.551	(14.807)	12.744
Total do passivo e patrimônio líquido	96.260	(5.908)	90.352	86.375	(5.908)	80.467

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2020	2019
Bancos conta movimento	353	570

O saldo de bancos conta movimento compreende basicamente em depósitos bancários disponíveis.

6 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Faturamento de serviços de água e esgoto	16.851	13.788
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	1.648	1.970
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(1.329)	(1.119)
	17.170	14.639
Circulante	13.075	9.803
Não circulante	4.095	4.836

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2020					Total em 2020
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Total	
Residencial	2.275	2.457	335	-	2.792	5.067
Comercial	479	377	129	-	506	985
Industrial	286	92	53	-	145	431
Setor público	68	1.503	654	89	2.246	2.314
Subtotal consumidores	3.108	4.429	1.171	89	5.689	8.797
Renegociações (i)	6.224	1.126	704	-	1.830	8.054
	9.332	5.555	1.875	89	7.519	16.851

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2019					Total em 2019
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	
Residencial	1.913	2.337	185	-	15	2.537
Comercial	443	349	44	-	7	400
Industrial	228	120	3	-	-	123
Setor público	1.154	643	-	-	20	663
Subtotal consumidores	3.738	3.449	232	-	42	3.723
Renegociações (i)	6.036	282	8	1	-	291
	9.774	3.731	240	1	42	4.014

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2020 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 1.954 calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa de 5,91% a.a. (R\$ 2.094 e 5,92% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 140 de reversão de ajuste a valor presente (R\$ 1.441 de provisão de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas está o parcelamento de débitos e um programa recorrente de cortes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Saldo em 2019	Resultado		Saldo em 2020
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(609)	(671)	636	(644)
Público	(61)	(1)	1	(61)
Renegociações	(449)	(1.472)	1.297	(624)
	<u>(1.119)</u>	<u>(2.144)</u>	<u>1.934</u>	<u>(1.329)</u>

Natureza	Saldo em 2018	Resultado		Saldo em 2019
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(527)	(606)	524	(609)
Público	(388)	(1)	328	(61)
Renegociações	(545)	(842)	938	(449)
	<u>(1.460)</u>	<u>(1.449)</u>	<u>1.790</u>	<u>(1.119)</u>

As baixas e recuperações de títulos têm a seguinte movimentação no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Resultado		
	Baixas	Recuperações (iii)	Total em 2020
Privado (ii)	(595)	610	15
Renegociações	(1.185)	1.234	49
	<u>(1.780)</u>	<u>1.844</u>	<u>64</u>

Natureza	Resultado		
	Baixas	Recuperações (iii)	Total em 2019
Privado (ii)	(524)	686	162
Público	(4)	37	33
Renegociações	(536)	273	(263)
	<u>(1.064)</u>	<u>996</u>	<u>(68)</u>

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados, públicos e renegociações.

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2020, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 341 (R\$ 1.188 em 31 de dezembro de 2019).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Águas do Mirante S.A. (a)	25	40
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (b)	-	1.118
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (b)	441	59
	<u>441</u>	<u>1.177</u>
	<u>466</u>	<u>1.217</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (c)	109	110
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (b)	123	59
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (d)	38	34
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	66	61
	<u>336</u>	<u>264</u>
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	23.949	14.142
	<u>24.285</u>	<u>14.406</u>
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (d)	(445)	(406)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	(282)	(552)
	<u>(727)</u>	<u>(958)</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (c)	(1.429)	(1.439)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	(109)	(63)
	<u>(1.538)</u>	<u>(1.502)</u>
	<u>(2.265)</u>	<u>(2.460)</u>

(a) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

(b) Refere-se à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.

- (c) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (d) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (e) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.

8 Ativo de contrato da concessão

	2020	2019
Ativo de contrato da concessão	2.275	7.952

Referem-se ao direito contratual da Companhia de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 9).

	2019	Adições	Transferências	2020
	Custo	(i)	(ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	7.952	7.204	(12.881)	2.275

	2018	Adições	Transferências	2019
	Custo	(i)	(ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	3.973	7.682	(3.703)	7.952

- (i) A aquisição de ativo de contrato da concessão na demonstração dos fluxos de caixa está líquida de:
- (a) Juros sobre empréstimos que são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$ 396 a uma taxa média de 6,45% a.a. (R\$ 304 e 6,37% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrado a demanda judicial referente a ação de desapropriação para construção de estações de tratamento, no valor de R\$ 64.
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2020			2019 (Reapresentado)
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	28	3,6%	23.823	(5.719)	18.104	18.956
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	4,0%	39.935	(5.096)	34.839	18.385
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,7%	6.560	(836)	5.724	9.864
Máquinas e equipamentos	de 10 a 29	4,8%	4.968	(1.178)	3.790	2.551
Outros componentes	de 10 a 21	6,5%	49	(27)	22	2.965
			<u>75.335</u>	<u>(12.856)</u>	<u>62.479</u>	<u>52.721</u>
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	05	20,0%	118	(117)	1	8
			<u>118</u>	<u>(117)</u>	<u>1</u>	<u>8</u>
			<u>75.453</u>	<u>(12.973)</u>	<u>62.480</u>	<u>52.729</u>
						01/01/2019 (Reapresentado)
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019 (Reapresentado)			Líquido
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	28	3,6%	23.823	(4.867)	18.956	19.807
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 25	4,1%	21.350	(2.965)	18.385	17.392
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 30	3,6%	10.801	(937)	9.864	7.870
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	3,9%	3.164	(613)	2.551	2.514
Outros componentes	de 04 a 30	4,7%	3.698	(733)	2.965	4.103
			<u>62.836</u>	<u>(10.115)</u>	<u>52.721</u>	<u>51.686</u>
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	de 03 a 05	24,2%	128	(120)	8	28
			<u>128</u>	<u>(120)</u>	<u>8</u>	<u>28</u>
			<u>62.964</u>	<u>(10.235)</u>	<u>52.729</u>	<u>51.714</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	2019	2020		
	(Reapresentado)	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Transferências (i)	Líquido
	Custo			
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	23.823	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	21.350	7.360	11.225	39.935
Edificações de estações de tratamento	10.801	5.102	(9.343)	6.560
Máquinas e equipamentos	3.164	419	1.385	4.968
Outros componentes	3.698	-	(3.649)	49
	62.836	12.881	(382)	75.335
Software				
Licença de uso de <i>Software</i>	128	-	(10)	118
	128	-	(10)	118
	62.964	12.881	(392)	75.453

Ativo	01/01/2019	2019 (Reapresentado)			
	(Reapresentado)	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas	Transferências	Líquido
	Custo				
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	23.823	-	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	19.234	1.119	-	997	21.350
Edificações de estações de tratamento	8.194	2.607	-	-	10.801
Máquinas e equipamentos	3.000	164	-	-	3.164
Outros componentes	4.906	(187)	(24)	(997)	3.698
	59.157	3.703	(24)	-	62.836
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	128	-	-	-	128
	128	-	-	-	128
	59.285	3.703	(24)	-	62.964

c. Movimentação da amortização

Ativo	2019	2020		
	(Reapresentado) Amortização acumulada	Adições	Transferências (i)	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	(4.867)	(852)	-	(5.719)
Instalações técnicas de saneamento	(2.965)	(1.039)	(1.092)	(5.096)
Edificações de estações de tratamento	(937)	(733)	834	(836)
Máquinas e equipamentos	(613)	(161)	(404)	(1.178)
Outros componentes	(733)	(148)	854	(27)
	<u>(10.115)</u>	<u>(2.933)</u>	<u>192</u>	<u>(12.856)</u>
Software				
Licença de uso de <i>Software</i>	(120)	(5)	8	(117)
	<u>(120)</u>	<u>(5)</u>	<u>8</u>	<u>(117)</u>
	<u>(10.235)</u>	<u>(2.938)</u>	<u>200</u>	<u>(12.973)</u>

Ativo	01/01/2019	2019 (Reapresentado)			Amortização acumulada
	(Reapresentado) Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	(4.016)	(851)	-	-	(4.867)
Instalações técnicas de saneamento	(1.842)	(849)	-	(274)	(2.965)
Edificações de estações de tratamento	(324)	(613)	-	-	(937)
Máquinas e equipamentos	(486)	(129)	-	2	(613)
Outros componentes	(803)	(224)	22	272	(733)
	<u>(7.471)</u>	<u>(2.666)</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>(10.115)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(100)	(20)	-	-	(120)
	<u>(100)</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(120)</u>
	<u>(7.571)</u>	<u>(2.686)</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>(10.235)</u>

(i) Transferência para o ativo imobilizado no valor de R\$ 192, líquido da amortização no valor de R\$ 200. Não houve impacto no resultado.

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções, melhorias na infraestrutura e outorga / contrato de concessão. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2020.

10 Fornecedores e empreiteiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores de materiais e serviços	2.015	2.279
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	336	264
	<u>2.351</u>	<u>2.543</u>

11 Empréstimos

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<i>Loan</i>	Libor + 3,25% a.a.	dezembro/2026	45.836	45.836	45.129	40.644
Circulante					7.583	5.900
Não circulante					37.546	34.744

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>2020</u>
2022	7.658
2023	7.658
2024	7.658
2025	7.658
2026	7.659
	<u>38.291</u>
	<u>2020</u>
Custo de captação (não circulante)	(745)
Total	<u>37.546</u>

Movimentação das dívidas	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	40.644	44.611
(-) Pagamento de principal	(7.439)	(5.877)
(-) Pagamentos de juros	(2.261)	(2.704)
Provisão de juros (nota explicativa nº 18)	1.851	2.370
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 8, item “i”, letra “a”)	396	304
Varição cambial (nota explicativa nº 18)	11.787	1.791
Amortização do custo de captação do exercício	151	149
Saldo final	<u>45.129</u>	<u>40.644</u>

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante R\$ 896 (R\$ 1.047 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em dezembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* no montante de US\$ 14.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em julho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 45.836 (taxa R\$ 3,274). A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. Este *Loan* conta com: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A (“Aegea”); (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis da Companhia; (iii) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela Aegea; e (iv) 15 notas promissórias correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrado R\$ (3.607) de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, em complemento vide instrumentos financeiros derivativos na nota explicativa nº 20.

A Companhia mantém em seu empréstimo, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas quantitativas e qualitativas referente ao empréstimo estão sendo integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2020.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e ordenados	11	12
Participação nos lucros	755	702
Provisão de férias	220	189
Encargos sociais	199	178
	<u>1.185</u>	<u>1.081</u>

13 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributárias e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cíveis	67	112	290	275
Trabalhistas	10	10	-	-
Tributárias	56	-	1.431	8.899
	<u>133</u>	<u>122</u>	<u>1.721</u>	<u>9.174</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

	2019 (Reapresentado)	Resultado			Atualização monetária	2020
		Adições	Reversões	Pagamentos		
Cíveis	275	129	(58)	(56)	-	290
Tributárias (i)	8.899	-	-	(7.828)	360	1.431
	<u>9.174</u>	<u>129</u>	<u>(58)</u>	<u>(7.884)</u>	<u>360</u>	<u>1.721</u>

	01/01/2019 (Reapresentado)	Resultado			Indenizações para desapropriação (ii)	2019 (Reapresentado)
		Adições	Reversões	Pagamentos		
Cíveis	301	138	(170)	(58)	64	275
Trabalhistas	19	69	(66)	(22)	-	-
Tributárias	8.899	-	-	-	-	8.899
	<u>9.219</u>	<u>207</u>	<u>(236)</u>	<u>(80)</u>	<u>64</u>	<u>9.174</u>

(i) As variações apresentadas são decorrentes de autos de infração da Receita Federal pagos durante o exercício.

(ii) Nota explicativa nº 8, item “i”, letra “b”.

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, são de aspectos cíveis e trabalhistas, que correspondem principalmente à causas envolvendo pleitos de clientes acerca de cortes indevidos, retorno de esgoto e cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020 somavam o montante de R\$ 140 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 132 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2019). Os principais depósitos está relacionado ao processo 1008414-23.2019.4.01.3400 e refere-se à incidência de INSS sobre verbas da folha de pagamento. O valor do depósito judicial em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 56 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2019).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social integralizado é de R\$ 37.433 (R\$ 37.433 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 37.432.671 (trinta e sete milhões quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e setenta e um) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%
Aegea Desenvolvimento S.A.	<u>0,01%</u>
	<u>100,00%</u>

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes, bem como os respectivos efeitos tributários.

c. Prejuízos acumulados

É constituído por prejuízos acumulados do exercício atual e anteriores e será compensado pelos lucros futuros.

15 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	22.384	21.607
Outros serviços indiretos de água	763	1.204
Serviços de esgoto	24.923	24.219
Outros serviços indiretos de esgoto	14	15
Receitas de construção ativo intangível	7.204	7.682
Total receita bruta	55.288	54.727
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(63)	(236)
(-) Impostos sobre serviços	(4.442)	(4.330)
Total da receita operacional líquida	50.783	50.161

16 Custos dos serviços prestados por natureza

	2020	2019
Pessoal	(1.194)	(662)
Conservação e manutenção	(417)	(671)
Serviços de terceiros	(803)	(648)
Materiais, equipamentos e veículos	(262)	(361)
Amortização e depreciação	(2.850)	(2.592)
Custo da concessão	(728)	(344)
Custo de serviço de tratamento de esgoto	(16.328)	(15.407)
Custo de construção ativo intangível	(7.204)	(7.682)
Energia elétrica	(4.201)	(4.064)
Produtos químicos	(172)	(140)
Locação	(581)	(803)
Outros	(7)	(192)
	(34.747)	(33.566)

17 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2020	2019
Pessoal	(383)	(230)
Serviços de terceiros	(1.632)	(1.790)
Amortização e depreciação	(90)	(94)
(Provisão) Reversão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(210)	341
Recuperação (Baixa) de títulos do contas a receber	64	(68)
(Provisão) Reversão para demandas judiciais	(71)	29
Locação	(244)	(200)
Publicidade e propaganda	(280)	(427)
Outras	(313)	(422)
	(3.159)	(2.861)

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	-	22
Juros e multa recebidos ou auferidos	862	881
Variações cambiais ativas	13.635	8.457
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 20)	12.534	7.960
Outras receitas financeiras	15	73
Receitas financeiras	27.046	17.393
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos (nota explicativa nº 11)	(1.851)	(2.370)
Reversão (Provisão) de ajuste a valor presente de clientes	140	(1.441)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 20)	-	(7.203)
Variações cambiais passivas	(25.422)	(10.248)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(50)	(45)
Outras despesas financeiras	(1.669)	(1.224)
Despesas financeiras	(28.852)	(22.531)
Resultado financeiro	(1.806)	(5.138)

19 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está apresentada como segue:

	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	11.071	8.627
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(3.764)	(2.933)
(Despesas) Reversões indedutíveis	(152)	123
Baixa de títulos do contas a receber	-	(247)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	-	2.976
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo	43	-
PAT	52	44
Outras diferenças permanentes	23	23
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(2.420)	(2.435)
Diferido	(1.378)	2.421
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.798)	(14)
Alíquota efetiva	34%	(0%)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2020	2019
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(2.420)	(2.435)
Saldo pagos referente a anos anteriores	(94)	-
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	306	99
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(2.208)	(2.336)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	-	5
Imposto de renda e contribuição social a pagar	306	94
	306	99

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	2020
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	380	72	-	452
Provisão para participação nos lucros	239	32	-	271
Provisão para demandas judiciais (i)	3	5	-	8
Ajuste a valor presente de clientes	712	(48)	-	664
Variação cambial	2.864	3.126	-	5.990
Perda com clientes	202	(11)	-	191
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.563	(1.065)	-	1.498
Ativo fiscal diferido	<u>6.963</u>	<u>2.111</u>	<u>-</u>	<u>9.074</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (ii)	(302)	(122)	-	(424)
Custo de captação de empréstimos	(356)	51	-	(305)
Instrumento financeiro derivativo	(515)	(3.144)	(1.016)	(4.675)
Baixa por perda	(86)	(274)	-	(360)
Passivo fiscal diferido	<u>(1.259)</u>	<u>(3.489)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>(5.764)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>5.704</u>	<u>(1.378)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>3.310</u>

	2018	Resultado	Patrimônio Líquido	2019
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	497	(117)	-	380
Provisão para participação nos lucros	278	(39)	-	239
Provisão para demandas judiciais (i)	41	(38)	-	3
Ajuste a valor presente de clientes	222	490	-	712
Instrumento financeiro derivativo	231	-	(231)	-
Variação cambial	2.408	456	-	2.864
Perda com clientes	-	202	-	202
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	660	1.903	-	2.563
Ativo fiscal diferido	<u>4.337</u>	<u>2.857</u>	<u>(231)</u>	<u>6.963</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (ii)	(207)	(95)	-	(302)
Custo de captação de empréstimos	(407)	51	-	(356)
Instrumento financeiro derivativo	-	(306)	(210)	(515)
Baixa por perda	-	(86)	-	(86)
Passivo fiscal diferido	<u>(614)</u>	<u>(436)</u>	<u>(210)</u>	<u>(1.259)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>3.723</u>	<u>2.421</u>	<u>(441)</u>	<u>5.704</u>

- (i) O saldo está líquido do imposto diferido sobre indenizações para desapropriação no montante de R\$ 90 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) O saldo está líquido do imposto da amortização sobre juros capitalizados no ativo intangível que totaliza no resultado o valor de R\$ 12 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019).

20 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 1.329, representando aproximadamente 7,18% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, esta provisão era de R\$ 1.119, representando aproximadamente 7,10% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	353	570
Contas a receber de clientes	17.170	14.639
Instrumentos financeiros derivativos	20.096	7.862
	<u>37.619</u>	<u>23.071</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

2020							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.351	2.351	2.351	-	-	-	-
Empréstimos	45.129	51.700	9.304	9.030	8.755	8.482	16.129
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	23.949	23.949	-	-	-	-	23.949
Outras contas a pagar	289	289	289	-	-	-	-
Total	71.718	78.289	11.944	9.030	8.755	8.482	40.078
2019							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.543	2.543	2.543	-	-	-	-
Empréstimos	40.644	51.224	8.395	8.052	7.691	7.323	19.763
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	14.142	14.142	-	-	-	-	14.142
Outras contas a pagar	253	253	253	-	-	-	-
Total	57.582	68.162	11.191	8.052	7.691	7.323	33.905

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em seus empréstimos.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2020	2019
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Instrumentos financeiros derivativos	20.096	7.862
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos	45.129	40.644

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Risco Cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2020	Cenários						
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%		
1- Instrumentos derivativos										
Empréstimos e financiamentos	(8.857)	USD	R\$ 5,1967	(10.327)	(12.909)	(15.491)	(7.745)	(5.164)		
<i>Swap</i> – Ponta ativa	8.861	USD	R\$ 5,1967	10.332	12.915	15.498	7.749	5.166		
1 + 2 – Exposição líquida	<u>4</u>			<u>5</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>4</u>	<u>2</u>		

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	<u>Nota</u>	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>	<u>Ativos pelo custo amortizado</u>	<u>Passivos pelo custo amortizado</u>	<u>Total em 2020</u>
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	353	-	353
Contas a receber de clientes	6	-	-	17.170	-	17.170
Instrumentos financeiros derivativos		16.489	3.607	-	-	20.096
Total		<u>16.489</u>	<u>3.607</u>	<u>17.523</u>	<u>-</u>	<u>37.619</u>
Passivo						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	2.351	2.351
Empréstimos	11	-	-	-	45.129	45.129
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	-	-	-	23.949	23.949
Outras contas a pagar		-	-	-	289	289
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.718</u>	<u>71.718</u>
Ativo						
	<u>Nota</u>	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>	<u>Ativos pelo custo amortizado</u>	<u>Passivos pelo custo amortizado</u>	<u>Total em 2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	570	-	570
Contas a receber de clientes	6	-	-	14.639	-	14.639
Instrumentos financeiros derivativos		7.244	618	-	-	7.862
Total		<u>7.244</u>	<u>618</u>	<u>15.209</u>	<u>-</u>	<u>23.071</u>
Passivo						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	2.543	2.543
Empréstimos	11	-	-	-	40.644	40.644
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	-	-	-	14.142	14.142
Outras contas a pagar		-	-	-	253	253
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.582</u>	<u>57.582</u>

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Ativo	
						2020	2019
<i>Swap</i>	USD 8.842	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dezembro/26	20.096	7.862
Circulante						4.162	772
Não circulante						15.934	7.090

Hedge Accounting

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 38 a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Patrimônio Líquido	Variação	Patrimônio Líquido
	2019		2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de variação cambial	618	2.989	3.607
IR/CS diferidos sobre perdas	(210)	(1.016)	(1.226)
Ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	408	1.973	2.381
	Resultado		Resultado
	2019		2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Ganhos reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 18)	757		12.534

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método do derivativo hipotético comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, conseqüentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos;
- Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,1779/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,1423/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 2,9588/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,5890.

Além disso, considera-se como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2020. A Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

A Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2020. A Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	2020		
			Cenário		
			I	II	III
		Variação do USD	9.818	(1.929)	(5.600)
<i>Swap</i>	20.096	Alta na curva do CDI	20.134	20.205	20.238
		Alta na curva do cupom cambial	19.678	18.868	18.476

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos contas a receber, assim como fornecedores, contas correntes a pagar para partes relacionadas e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrado abaixo:

Passivos	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<i>Loan</i>	46.025	49.910	41.691	46.501

Os valores justos de empréstimos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI) e para os empréstimos em moeda estrangeira também é utilizado a curva do cupom limpo.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

A divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cobertura de seguros era composta por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Danos materiais	124.000	90.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	443	767

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação que corresponde a 1% da arrecadação mensal.

23 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

Jackson Luis da Silva Santos
CRC PR 034233/O-7